



Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento a Acesso à Documentação Básica

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DOCUMENTAÇÃO

Data: 17/12/2020

Horário: 10:30h

Participantes: Dr. Marcos Moraes Fagundes (MPRJ); Dra. Raquel Chrispino (TJRJ); Dra. Eliane Lima Pereira (MPRJ); Dra. Roberta Rosa Ribeiro (MPRJ); Dra. Fátima Maria Saraiva Figueiredo (DPGERJ); Tula Vieira Brasileiro (MPRJ); Luana Bezerra Evaristo da Silva (MPRJ); Livia Pereira Paschoal (MPRJ); Marina da Silva Viana (MPRJ); Adriana de Carvalho Lima (Sec. de Estado de Saúde); Carolina Cruz Teixeira Carmo (ARPEN-RJ); Carolina Rique Nepomuceno (Receita Federal); Thayana Cruz (SEPLAG); Thaiana Alexandre Pinto (DETRAN); Alexandre Trece Motta (SEPOL – Polícia Técnico Científica); Susan Azevedo (SEDSODH); Vânia Mara da Silva Rodrigues (COMDOC-Rio);

Item 1 – Apresentação dos participantes

Iniciada a reunião, foi feita a apresentação dos participantes.

Dra. Raquel sugeriu que fosse feita uma breve explanação sobre a política para a Thaiana da SEPLAG e a importância de sua participação no grupo. Disse que atua na política desde 2007 e que a Tula começou antes, em 2001. E, que é juíza de Família e de Registro Civil na Comarca de São João de Meriti que está dentro dos 100 (cem) municípios com maior índice de sub-registro do país de acordo com o IBGE.

E, que chegando em São João de Meriti tinha tanto processo de registro tardio, eram tantas pessoas adultas pedindo registro que resolveu fazer uma audiência concentrada em 2007 para atender esses casos. E, que percebeu que havia um padrão de omissão do Estado que levava essas pessoas a ficarem adultas sem documentação adulta.

Lembrou que antes de ser juíza atuou como Defensora Pública e que está acostumada a atender um público mais carente, mas que em São João de Meriti se deparou com uma miserabilidade tão grande, a ponto do jurisdicionado ir com um pé de chinelo porque não tinha o outro, ou de agendar e ele não poder retornar por não ter o dinheiro da passagem, e, que nunca tinha visto tanta miséria, mas ao mesmo tempo muita esperança de conseguir no Estado esse reconhecimento. E, que pediu ajuda ao Tribunal de Justiça.

E, que posteriormente descobriu que a Tula estava em contato com o pessoal em Brasília porque havia um Decreto do Governo Federal de 2007 instituindo a política nacional. E, que acreditando nessa política juntou o trabalho do Tribunal ao Comitê, e que a Tula começou trabalhando na Secretaria de Direitos Humanos e posteriormente no Ministério Público, onde está até hoje.

E, que em 2013 se descobriu que a questão era mais complexa do que se imaginava porque quando se documenta uma pessoa adulta, é necessário entender as bases de dados do Estado e a cadeia documental que começa com o Registro Civil de Nascimento e termina com o Registro Civil de Óbito. E, que antes do Registro Civil de Nascimento se tem a DN (Declaração de Nascido Vivo) que é um documento emitido pelo Ministério da Saúde. E, que são 3 (três) documentos principais começando com o Registro Civil de Nascimento e terminando com a CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social). E, que se diz que é cadeia porque só se consegue o segundo documento, se tiver o primeiro.

E, a partir daí se decidiu criar o presente grupo que é o GT Doc. (Grupo de Trabalho Documentação), em que fazem parte os emissores de documento. E, esclareceu que esse é um dos 9 (nove) grupos de trabalho do Comitê. Os outros grupos são do sistema penitenciário, das pessoas desaparecidas, das pessoas idosas e com deficiência, das unidades interligadas, etc. E, ressaltou que o presente grupo é o mais estruturante de todos.

Destacou ainda que a pandemia escancarou a incompetência do Estado. E, que essa desorganização do Estado causa um prejuízo financeiro, que é um argumento para que o problema chegue aos poderosos.

Agradeceu a presença da Thayana da SEPLAG lembrando que desde o início o grupo tem a consciência que se trata de uma política do Estado e, portanto, ela deve ser planejada e organizada na Secretaria de Planejamento do Estado. E, que isso significa inclusive orçamento.

Tula ressaltou que a SEPLAG tem assento no Comitê Estadual por Decreto. E, que no início já teve sua participação nas reuniões, mas que ainda não se sabia muito bem o papel da SEPLAG, nem da Segurança Pública porque o Comitê ainda estava em construção.

E, agradeceu a participação da Thayana dizendo que esse compromisso na construção da política de documentação é muito forte no Rio de Janeiro, bem diferente dos outros Estados.

Thayane agradeceu a recepção e disse que ao longo dos anos a SEPLAG sofreu várias mudanças, mas que acredita que será possível ajudar no que for preciso.

Item 2 - DETRAN

Tula lembrou que há um procedimento administrativo, que trata do DETRAN no contexto da pandemia, em andamento junto à 2ª Promotoria de Tutela Coletiva da Cidadania da Capital. E, pensou em duas hipóteses: 1) encaminhar todas as atas do GT Documentação com marcações nas partes que dizem respeito ao DETRAN; 2) tentar conseguir uma conversa do presente grupo com ele.

Dra. Raquel disse que em decorrência da paralisação do funcionamento do DETRAN, acionou diversas pessoas, e que a notícia já chegou ao GMF, para que o Tribunal de Justiça diga ao Governador do Estado que o DETRAN não pode parar porque ele é estratégico, caso contrário haverá um colapso completo tanto na questão da Segurança Pública, quanto na questão dos óbitos, etc.

Lembrou que o DETRAN tem um contrato imenso, caro, que não precisava ser tão caro. E que é um modelo de negócio de T.I. oneroso para o Estado do Rio de Janeiro e para os outros Estados. E, que o Estado é cobrado por licença AFIS, como se fosse um aluguel da licença, toda vez que é feita uma coleta de digital o Estado paga, o que é uma fortuna tendo em vista o número de pessoas identificadas no Estado. E, que esse modelo de negócio está sendo questionado já que existem algumas empresas no Brasil que começaram a oferecer outro tipo de modelo de negócio. Exemplificou com o modelo de identificação do TSE é um modelo diferente, menos oneroso.

E, resumiu dizendo que existe uma questão relativa ao princípio da economicidade prevista no art. 37 da Constituição Federal, e que o DETRAN é tão caro que hoje não consegue renovar uma licença AFIS. E, que é preciso que alguém diga ao Governador que existem dinheiros que não podem ser cortados, como é o caso do DETRAN que se parar irá causar um colapso em todo o Estado.

Thaiana do DETRAN disse que a informação que tem é que tudo o que poderia ser feito em nível de Diretoria foi feito, todos os TAC's foram assinados. E, que a empresa terceirizada que prestava serviço nos postos de atendimento não tem mais contrato, consequentemente não há mais atendentes prestando esse serviço. E, que somente há atendimento no Poupa Tempo, cujo contrato é outro e, também nos Cartórios de Registro Civil, mas fora isso o atendimento está parado e sem a perspectiva de retorno. E, que a Montreal está sem pagamento também, mas ainda não tem informação se eles irão parar. E, sobre o sistema AFIS disse que a empresa também está sem pagamento, mas não soube dizer como ficará a prestação de serviço.

Carolina Rique disse que outro impacto que a questão do DETRAN está trazendo é em relação ao convênio com a Receita Federal para que o DETRAN possa inscrever e alterar o CPF no ato de emissão da 1ª e da 2ª via da carteira de identidade. Informou que as

tratativas estavam indo bem, mas que agora o DETRAN está com problemas em relação à emissão do Certificado Digital.

Thaiana ficou de verificar com a DETRAN-DIC para dar o retorno.

Dra. Raquel esclareceu que o número de postos de atendimento da Receita Federal é muito inferior ao número de municípios do Estado. E, que a Receita Federal fez convênio com os bancos e com os Correios para o atendimento da população. E, que esse convênio atende a população, mas cobra do usuário final e isso é ilegal, já que não se pode condicionar o pagamento para o usuário final. Então, a Receita Federal fez o trabalho de integrar as bases de dados. Lembrou que o CPF surgiu para o contribuinte do passado, mas que depois se tornou para o Estado o documento do cidadão. E, exemplificou dizendo que sem o CPF o usuário não consegue integrar sequer o CadÚnico.

Trece informou que o Departamento de Polícia Técnica e o IFP já estão cientes dessa eventual paralisação de serviço que o DETRAN presta, não ao cidadão diretamente, mas para a Polícia Civil e destacou a parte da perícia papiloscópica de pessoas vivas, a necropapiloscopia de pessoas mortas e fragmentos papiloscópicos em locais de crime, além de todo acesso ao SEI, Portal de Segurança, certificação de presos nas Delegacias, e até mesmo emissão de FAC.

Tula perguntou ao Trece se o IFP não pode voltar a assumir essas tarefas do DETRAN nesse momento de crise. Ele respondeu que tudo é possível, dependendo da vontade política. E, ressaltou que o preço que se está pagando agora é o preço com o descaso com a coisa pública desde 1999.

Dra. Eliane acredita que a solução mais rápida é a ação do Dr. Murilo e sugeriu que seja enviada a ata da presente reunião para ele. E, sugeriu que a segunda via seja através das autoridades superiores do MPRJ. E, se comprometeu ainda a conversar sobre as questões da Polícia Técnica com a Dra. Andrea Amin do GAESP.

Trece informou que acredita que existe procedimento no GAESP na seara de corpos não identificados. E ficou de passar o número dos inquéritos civis do IML existentes para a Dra. Eliane.

Tula relatou o ocorrido com o sobrinho-neto que ainda é bebê, no qual a mãe agendou para fazer sua carteira de identidade no posto de atendimento do Shopping de Guadalupe e, chegando nos dias e horas agendados, a atendente tentou demove-la da ideia de fazer o documento do seu filho alegando que o DETRAN será privatizado.

Dra. Raquel lembrou os anos de 2015 e 2016 em que havia cerca de 1.000 (mil) corpos sepultados sem nome, o que significa um prejuízo à Previdência do Estado. E, esclareceu que quando não é feita a identificação de corpos nos hospitais (objeto do GT Óbitos e

Desaparecidos), não se identifica uma classe social que é o servidor público, o pensionista ou o beneficiário.

Dra. Fátima falou que o Posto Méier está funcionando com limitações, já que não está autorizado a emitir a primeira via da carteira de identidade, somente a segunda. E que teve uma reunião com a Fundação Leão XIII que está atendendo um número reduzido de pessoas, 16 (dezesesseis) por dia, em virtude da pandemia, emitido primeira e segunda vias.

Item 3 – Pontos prioritários dos documentos para 2021

Sobre a Certidão de Nascimento, Tula sugeriu a inclusão na pauta do Provimento nº 104 que é a transmissão eletrônica dos dados do registro para os institutos de identificação, além da gratuidade da CRC.

Dra. Raquel informou que o quantitativo de certidões de nascimentos emitidas em São João de Meriti diminuiu cerca de 2.000 (duas mil) em relação ao mesmo período ano passado. Ressaltou a importância de se retornar com as unidades interligadas e disse que o futuro Corregedor-Geral de Justiça pretende fazer uma campanha de busca ativa para fazer esses registros.

Dra. Fátima informou que na reunião com a Fundação Leão XIII também foi discutida o descumprimento do Provimento nº 37 por parte de alguns Cartórios, e, perguntou à Dra. Raquel para onde deveria encaminhar esse expediente que respondeu DGEFEX (Diretoria Geral de Fiscalização do Extrajudicial), direcionado ao Desembargador-Corregedor Ricardo Rodrigues Cardozo.

Tula pediu para Dra. Fátima que esse modelo que será produzido pela Defensoria, seja trazido na próxima reunião para ser usado nos moldes da entrevista com as logos das instituições.

Dra. Eliane disse que fez uma reunião ontem com os Promotores da região do Vale do Paraíba e Angra dos Reis e percebeu receptividade em relação das Unidades Interligadas. E, Tula esclareceu que essa região foi escolhida por ter os índices mais baixos de cobertura, cerca de 30% (trinta por cento).

Dr. Marcos sugeriu que se pautasse a instalação de um centro de referência para armazenamento de documentos, de preferência no Centro da cidade.

Dra. Roberta disse que entrou em contato com o Dr. Murilo, porém ele não pode participar da reunião, e que de todo modo sua designação vai até o dia 18.12.2020, e o

retorno do ofício ficará a cargo do Dr. Alberto Flores. E, se for necessário fazer algum diálogo com o DETRAN também irá ficar para a próxima gestão do MPRJ.

Ressaltou a importância de se pensar na proteção e na defesa da garantia de direitos porque essas desestruturas fazem parte de um projeto, já que essas temáticas dizem respeito à redução das desigualdades sociais. E, que não se trata de uma opção, mas de um projeto de aumento das desigualdades sociais, sem proteção dos direitos. E, que o que fica são as instituições, com seus servidores concursados, autônomos, etc.

Dra. Raquel sugeriu que na primeira reunião de 2021 seja feita uma lista de propostas e na última reunião seja feito um levantamento do que foi realizado. E, que uma das grandes conquistas para o próximo ano é contar com a presença da SEPLAG.

Carolina Rique falou do projeto que irá começar, que teve origem no início da pandemia, regulamentado pela Receita Federal, chamado de Ponto de Atendimento Virtual que é uma parceria com as Prefeituras para que se tenha nelas pontos de atendimento da Receita Federal, dentre eles o CPF, sem ônus para o cidadão. E, que esse ano não foi viável em razão das eleições, mas que irão trabalhar nisso em 2021.

Vânia Mara informou que irá compartilhar o relatório de atuação do COMDOC no período de 2018 a 2020.

As próximas reuniões serão: **21 de janeiro**, **18 de fevereiro**, **18 de março**, **15 de abril**, **20 de maio** e **17 de junho**, às **10:30h**.